BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Janeiro-Fevereiro-Março de 2013 - ISSN 2175-9103 Nº58

Boletim Número 58
Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2013

EDITORIAL

O primeiro Boletim do ano, o nº 58, vem a público lembrando de um episódio especialmente triste para toda a América Latina, momento em que os movimentos sociais, intelectuais, organizações e partidos progressistas de toda a região avaliam o significado político da morte do presidente Hugo Chávez, não só para Venezuela, como também para toda a América Latina. Neste sentido, não poderíamos nos furtar de apresentar um texto de balanço sobre esse importante líder que acaba de entrar para História. Selecionamos para tal, um texto de Boaventura Souza Santos, que aborda feitos fundamentais dos seus anos de governo e as contradições inerentes a sua liderança carismática e centralizadora.

Apresentamos ainda, uma entrevista com Rafael Correa, recém reeleito presidente do Equador, realizada pelo jornal argentino Página/12. Ainda neste número temos dois importantes artigos de opinião, a saber: 1) "*Religión y política: ¡Peligro!"*, por Rigoberto Lanz, com uma importante discussão sobre a laicidade do Estado; e 2) "*A única verdade é a realidade"*, de Horácio Verbitsky", tendo como pano de fundo a nomeação do novo Papa, o autor trata do apoio de setores tradicionais da Igreja Católica à sanguinária ditadura Argentina.

A equipe do PROEALC, e demais colaboradores, também participaram de mais esta edição apresentando artigos sobre temas polêmicos referentes a este primeiro trimestre do ano, a saber: *"O legado de Hugo Chávez e a continuidade do embate Latino-Americano",* escrito por Gabriel Fragoso e Rhaysa Ruas; a *"Resistência Quilombola no Brasil: desafios e perspectivas",* por André Luiz de Carvalho Matheus e Laila Freire Aurore Romão; *"A experiência cubana em perspectiva: notas sobre democracia",* de Augusto Waga e Rhaysa Ruas*;* as *"Medidas de segurança: tortura e prisão perpétua legitimadas por um Estado 'Democrático'",* por Lydia de Freitas Vianna*; e por último, "A barbárie descontextualizada: notas sobre a cobertura jornalística das ondas de violência em Santa Catarina",* de Maísa Alves Gomes Sampaio e Marco Antônio Vieira e Sá*.*

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Boaventura: "morreu o líder político democrático mais carismático das últimas décadas"

Por Boaventura Souza Santos, 08.03.2013

Em artigo, recebido pelo professor Ladislau Dowbor, e publicado em seu site, o sociólogo e diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, aborda o legado de Hugo Chávez para a Venezuela e para a América Latina. Boaventura trata de questões como a redistribuição da riqueza na Venezuela, a integração política da América Latina, o anti-imperialismo, o socialismo do século XXI e o Estado comunal. Além dos desafios que a Venezuela terá de enfrentar após a morte do homem que o sociólogo português classifica como o "líder político democrático mais carismático das últimas décadas".

Chávez: o legado e os desafios

Morreu o líder político democrático mais carismático das últimas décadas. Quando acontece em democracia, o carisma cria uma relação política entre governantes e governados particularmente mobilizadora, porque junta à legitimidade democrática uma identidade de pertença e uma partilha de objetivos que está muito para além da representação política. As classes populares, habituadas a serem golpeadas por um poder distante e opressor (as democracias de baixa intensidade alimentam esse poder) vivem momentos em que a distância entre representantes e representados quase se desvanece. Os opositores falarão de populismo e de autoritarismo, mas raramente convencem os eleitores. É que, em democracia, o carisma permite níveis de educação cívica democrática dificilmente atingíveis noutras condições. A difícil química entre carisma e democracia aprofunda ambos, sobretudo quando se traduz em medidas de redistribuição social da riqueza. O problema do carisma é que termina com o líder. Para continuar sem ele, a democracia precisa de ser reforçada por dois ingredientes cuja química é igualmente difícil, sobretudo num imediato período pós-carismático: a institucionalidade e a participação popular.

Ao gritar nas ruas de Caracas "Todos somos Chávez!" o povo está lucidamente consciente de que Chávez houve um só e que a revolução bolivariana vai ter inimigos internos e externos suficientemente fortes para pôr em causa a intensa vivência democrática que ele lhes proporcionou durante catorze anos. O Presidente Lula do Brasil também foi um líder carismático. Depois dele, a Presidenta Dilma aproveitou a forte institucionalidade do Estado e da democracia brasileiras, mas tem tido dificuldade em complementá-la com a participação popular. Na Venezuela, a força das instituições é muito menor, ao passo que o impulso da participação é muito maior. É neste contexto que devemos analisar o legado de Chávez e os desafios no horizonte.

O legado de Chávez

Redistribuição da riqueza

Chávez, tal como outros líderes latino-americanos, aproveitou o boom dos recursos naturais (sobretudo petróleo) para realizar um programa sem precedentes de políticas sociais, sobretudo nas áreas da educação, saúde, habitação e infraestruturas que melhoraram substancialmente a vida da esmagadora maioria da população. Alguns exemplos: educação obrigatória gratuita; alfabetização de mais de um milhão e meio de pessoas, o que levou a UNESCO a declarar a Venezuela como "território libre de analfabetismo"; redução da pobreza extrema de 40% em 1996 para 7.3% hoje; redução da mortalidade infantil de 25 por 1000 para 13 por mil no mesmo período; restaurantes populares para os sectores de baixos recursos; aumento do salário mínimo, hoje o salário mínimo regional mais alto, segundo la OIT. A Venezuela saudita deu lugar à Venezuela bolivariana.

A integração regional

Chávez foi o artífice incansável da integração do subcontinente latino-americano. Não se tratou de um cálculo mesquinho de sobrevivência e de hegemonia. Chávez acreditava como ninguém na ideia da Pátria Grande de Simón Bolívar. As diferenças políticas substantivas entre os vários países eram vistas por ele como discussões no seio de uma grande família. Logo que teve oportunidade, procurou reatar os laços com o membro da família mais renitente e mais pró-EUA, a Colômbia. Procurou que as trocas entre os países latino-americanos fossem muito para além das trocas comerciais e que estas se pautassem por uma lógica de solidariedade, complementaridade económica e social e reciprocidade, e não por uma lógica capitalista. A sua solidariedade com Cuba é bem conhecida, mas foi igualmente decisiva com a Argentina, durante a crise da dívida soberana em 2001-2002, e com os pequenos países das Caraíbas.
Foi um entusiasta de todas as formas de integração regional que ajudassem o continente a deixar de ser o *backyard* dos EUA. Foi o impulsionador da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), depois ALBA-TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América- Tratado de Comércio dos Povos) como alternativa à ALCA (Área de livre Comércio das Américas) promovida pelos EUA, mas também quis ser membro do Mercosul. CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) são outras das instituições de integração dos povos da América Latina e Caribe a que Chávez deu o seu impulso.

Anti-imperialismo

Nos períodos mais decisivos da sua governação (incluindo a sua resistência ao golpe de Estado de que foi vítima em 2002) Chávez confrontou-se com o mais agressivo unilateralismo dos EUA (George W. Bush) que teve o seu ponto mais destrutivo na invasão do Iraque. Chávez tinha a convicção de que o que se passava no Médio-Oriente viria um dia a passar-se na América Latina se esta não se preparasse para essa eventualidade. Dai o seu interesse na integração regional. Mas também estava convencido de que a única maneira de travar os EUA seria alimentar o multilateralismo, fortalecendo o que restava da Guerra Fria. Daí, a sua aproximação à Rússia, China e Irão. Sabia que os EUA (com o apoio da União Europeia) continuariam a "libertar" todos os países que pudessem contestar Israel ou ser uma ameaça para o acesso ao petróleo. Daí, a "libertação" da Líbia, seguida da Síria e, em futuro próximo, do Irão. Daí também o "desinteresse" dos EUA e EU em "libertarem" o país governado pela mais retrógrada ditadura, a Arábia Saudita.

O socialismo do século XXI

Chávez não conseguiu construir o socialismo do século XXI a que chamou o socialismo bolivariano. Qual seria o seu modelo de socialismo, sobretudo tendo em vista que sempre mostrou uma reverência para com a experiência cubana que muitos consideraram excessiva? Conforta-me saber que em várias ocasiões Chávez tenha referido com aprovação a minha definição de socialismo: "socialismo é a democracia sem fim". É certo que eram discursos, e as práticas seriam certamente bem mais difíceis e complexas. Quis que o socialismo bolivariano fosse pacífico mas armado para não lhe acontecer o mesmo que aconteceu a Salvador Allende. Travou o projeto neoliberal e acabou com a ingerência do FMI na economia do país; nacionalizou empresas, o que causou a ira dos investidores estrangeiros que se vingaram com uma campanha impressionante de demonização de Chávez, tanto na Europa (sobretudo em Espanha) como nos EUA. Desarticulou o capitalismo que existia, mas não o substituiu. Daí, as crises de abastecimento e de investimento, a inflação e a crescente dependência dos rendimentos do petróleo. Polarizou a luta de classes e pôs em guarda as velhas e as novas classes capitalistas, as quais durante muito tempo tiveram quase o monopólio da comunicação social e sempre mantiveram o controlo do capital financeiro. A polarização caiu na rua e muitos consideraram que o grande aumento da criminalidade era produto dela (dirão o mesmo do aumento da criminalidade em São Paulo ou Joanesburgo?).

O Estado comunal

Chávez sabia que a máquina do Estado construída pelas oligarquias que sempre dominaram o país tudo faria para bloquear o novo processo revolucionário que, ao contrário dos anteriores, nascia com a democracia e alimentava-se dela. Procurou, por isso, criar estruturas paralelas caracterizadas pela participação popular na gestão pública. Primeiro foram as *misiones* e *gran misiones*, um extenso programa de políticas governamentais em diferentes sectores, cada uma delas com um nome sugestivo (Por. ex., a Misíon Barrio Adentro para oferecer serviços de saúde às classes populares), com participação popular e a ajuda de Cuba. Depois, foi a institucionalização do poder popular, um ordenamento do território paralelo ao existente (Estados

e municípios), tendo como célula básica a comuna, como princípio, a propriedade social e como objetivo, a construção do socialismo. Ao contrário de outras experiências latino-americanas que têm procurado articular a democracia representativa com a democracia participativa (o caso do orçamento participativo e dos conselhos populares setoriais), o Estado comunal assume uma relação confrontacional entre as duas formas de democracia. Esta será talvez a sua grande debilidade.

Os desafios para a Venezuela e o continente

A partir de agora começa a era pós-Chávez. Haverá instabilidade política e económica? A revolução bolivariana seguirá em frente? Será possível o chavismo sem Chávez? Resistirá ao possível fortalecimento da oposição? Os desafios são enormes. Eis alguns deles.

A união cívico-militar

Chávez assentou o seu poder em duas bases: a adesão democrática das classes populares e a união política entre o poder civil e as forças armadas. Esta união foi sempre problemática no continente e, quando existiu, foi quase sempre de orientação conservadora e mesmo ditatorial. Chávez, ele próprio um militar, conseguiu uma união de sentido progressista que deu estabilidade ao regime. Mas para isso teve de dar poder económico aos militares o que, para além de poder ser uma fonte de corrupção, poderá amanhã virar-se contra a revolução bolivariana ou, o que dá no mesmo, subverter o seu espírito transformador e democrático.

O extractivismo

A revolução bolivariana aprofundou a dependência do petróleo e dos recursos naturais em geral, um fenómeno que longe de ser específico da Venezuela, está hoje bem presente em outros países governados por governos que consideramos progressistas, sejam eles o Brasil, a Argentina, o Equador ou a Bolívia. A excessiva dependência dos recursos está a bloquear a diversificação da economia, está a destruir o meio ambiente e, sobretudo, está a constituir uma agressão constante às populações indígenas e camponesas onde se encontram os recursos, poluindo as suas águas, desrespeitando os seus direitos ancestrais, violando o direito internacional que obriga à consulta das populações, expulsando-as das suas terras, assassinando os seus líderes comunitários. Ainda na semana passada assassinaram um grande líder indígena da Sierra de Perijá (Venezuela), Sabino Romero, uma luta com que sou solidário há muitos anos. Saberão os sucessores de Chávez enfrentar este problema?

O regime político

Mesmo quando sufragado democraticamente, um regime político à medida de um líder carismático tende a ser problemático para os seus sucessores. Os desafios são enormes no caso da Venezuela. Por um lado, a debilidade geral das instituições, por outro, a criação de uma institucionalidade paralela, o Estado comunal, dominada pelo partido criado por Chávez, o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela). Se a vertigem do partido único se instaurar, será o fim da revolução bolivariana. O PSUV é um agregado de várias tendências e a convivência entre elas tem sido difícil. Desaparecida a figura agregadora de Chávez, é preciso encontrar modos de expressar a diversidade interna. Só um exercício de profunda democracia interna permitirá ao PSUV ser uma das expressões nacionais do aprofundamento democrático que bloqueará o assalto das forças políticas interessadas em destruir, ponto por ponto, tudo o que foi conquistado pelas classes populares nestes anos. Se a corrupção não for controlada e se as diferenças forem reprimidas por declarações de que todos são chavistas e de que cada um é mais chavista do que o outro, estará aberto o caminho para os inimigos da revolução. Uma coisa é certa: se há que seguir o exemplo de Chávez, então é crucial que não se reprima a crítica. É necessário abandonar de vez o autoritarismo que tem caracterizado largos sectores da esquerda latino-americana.

O grande desafio das forças progressistas no continente é saber distinguir entre o estilo polemizante de Chávez, certamente controverso, e o sentido político substantivo da sua governação, inequivocamente a favor das classes populares e de uma integração solidária do subcontinente. As forças conservadoras tudo farão para os confundir. Chávez contribuiu decisivamente para consolidar a democracia no imaginário social. Consolidou-a onde ela é mais difícil de ser traída, no coração das classes populares. E onde também a traição é mais perigosa. Alguém imagina as classes populares de tantos outros países do mundo verter pela morte de um líder político democrático as lágrimas amargas com que os venezuelanos inundam as televisões do mundo? Este é um património precioso tanto para os venezuelanos como para os latino-americanos. Seria um crime desperdiçá-lo.

Coimbra, 6 de Março de 2013.

(*) Reprodução Revista Fórum.

Fonte: http://www.fazendomedia.com/boaventura-morreu-o-lider-politico-democratico-mais-carismatico-das-ultimas-decadas/

Em Foco II

Correa: na América Latina há uma oposição conspirativa (parte 1)

Por Redação, 28.02.2013

Diálogo com o presidente do Equador, Rafael Correa, poucos dias depois de sua reeleição: ele falou da Argentina, do Mercosul, da dolarização, da lei dos meios de comunicação, da reforma judicial, do legado de Chávez, do modelo econômico, da tentativa de golpe e das características da oposição. Disse que "estamos preparando centenas, talvez milhares de quadros jovens", ao responder se "vai preparar um delfim político como fez Lula com Dilma Rousseff".

*Por **Mercedes López San Miguel**, de Quito (entrevista publicada pelo jornal argentino **Página/12**, edição de 21/02/2013, com o título "Com a Argentina temos a mesma visão política". Está dividida em duas partes. O título acima é deste blog).*

Reproduzido do blog **Evidentemente**

No salão protocolar do Palácio Carondelet (sede do governo), Rafael Correa apareceu diante desta repórter com um sorriso, modos afáveis e uma aparência indestrutível. Quarenta e oito horas antes este homem de 49 anos havia conseguido um triunfo eleitoral contundente, não só porque continuará ocupando a cadeira presidencial, como porque seu partido Aliança País conquistou a maioria especial de dois terços na Assembleia (Congresso) Nacional. Segundo anunciou o presidente, Aliança País elegeu entre 97 e 98 deputados no Parlamento unicameral de 137 membros (no Equador não há Senado), o que habilita o presidente a fazer mudanças na Constituição aprovada em 2008 já durante a gestão do próprio Correa. "Estou bem sem gravata?", disse, usando uma camisa celeste e paletó, antes de se sentar para conversar, rodeado de alguns assessores.
O mandatário do Equador, em entrevista exclusiva ao*Página/12*, contou o que propõe para os próximos quatro anos, incluindo seus planos em relação à Argentina e à incorporação do seu país ao Mercosul. Com voz tranquila e um pouco rouca, vestígio da campanha, Correa respondeu sobre todos os temas loquazmente, dando dados como economista que é, e se referiu à Lei da Comunicação sobre a qual tanto se tem escrito por estes dias nos veículos locais de imprensa. "Aqui temos que buscar um equilíbrio adequado: controlar os abusos da imprensa, mas sem que se caia em censura prévia", assinalou, insistindo que se deve mudar uma lei herdada da ditadura. Também falou de Guillermo Lasso, ex-presidente do Banco de Guayaquil, que obteve o segundo lugar nas eleições, identificado por Correa como um adversário que se atém às regras da democracia.

– Como vê a relação com a Argentina nos próximos quatro anos? Que planos tem?
– Temos que seguir aprofundando a relação bilateral e tratar de equilibrar um pouco o comércio. É pouco o comércio, mas bastante desbalanceado, porque basicamente compramos da Argentina. E isso nos aproximará mais da potencial entrada no Mercosul. Não gosto de mercantilizar as relações bilaterais. O vínculo com a

Argentina vai muito além do comercial, temos a mesma visão política. Cristina Fernández está dizendo coisas muito importantes, que também nós dizemos. Por exemplo, estes tratados de inversão recíproca, que foram uma entrega total de nossos países em mãos das transnacionais. Agora as transnacionais têm mais direitos do que os seres humanos? Se você quer ir à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos denunciar um atentado aos direitos humanos tem que esgotar todas as instâncias jurídicas do país respectivo. Aqui, qualquer transnacional pode acusar um Estado soberano diante do tribunal da ONU. Estes tribunais sempre condenam os Estados e defendem o capital. Isso está denunciando Cristina muito fortemente e nós também. Argentina e Equador sozinhos podemos fazer muito pouco. Mercosul e Unasul podemos fazer muito. Temos que criar nossas próprias instâncias de arbitragem e não estar submetidos às arbitragens internacionais que sempre estão a favor do capital das transnacionais. Esse é outro ponto de concordância com a Argentina: a coordenação política entre países pode fazer muito.

– Por isso em seu discurso falou de construir a pátria grande.
– É uma necessidade. Analise as políticas econômicas de antes dos Kirchner, analise aqui a política econômica da revolução cidadã. Os subsídios, sobre os quais tanto reclamam as oligarquias e os neoliberais. Anteriormente os subsídios eram para os ricos, não para os pobres, exemplo da sucretização de 1983 das dívidas da burguesia. Em 1999 tivemos “el salvataje bancario” (crise enfrentada com benefícios para os bancos em detrimento da população), com 6 bilhões de dólares nessa época. Construir essa pátria grande é uma questão de sobrevivência. Nós impomos as condições sobre esse capital transnacional. O que aconteceu com os trabalhadores, competir precarizando a força de trabalho, fazendo cair os salários reais. Se negociamos em conjunto com o capital internacional, nós colocamos as condições.

– A dolarização da economia equatoriana é uma trava para a incorporação do Equador ao Mercosul?
– A dolarização da nossa economia é uma trava para qualquer processo integracionista e de liberação comercial, porque a dolarização significa estabelecer outra política monetária. Um país que vai rumo a um mercado comum, se tem problemas deprecia sua moeda. Nós não temos moeda nacional, assim que tudo isso tem de ser pensado (a moeda corrente do Equador é o dólar). A entrada no Mercosul nos exige eliminar muitas taxas alfandegárias e subir outras; estamos fazendo a análise do benefício que teríamos para apresentar aos membros do Mercosul para ver se há prejuízos e nos possam dar compensações, sobretudo considerando que o Equador não tem moeda nacional. Nos interessa muito integrar o Mercosul e, modéstia à parte, interessa muito ao Mercosul a integração do Equador, porque seria um país com costa no Pacífico. E, além disso, porque temos proximidade ideológica com o bloco.

– Quando o comparam a Hugo Chávez, e veem você como um sucessor na liderança da região, o que responde?
- Que parem de opinar um pouquinho. Eu creio que falo em nome de Cristina, de Evo, não buscamos nada para nós, como isso de ser um sucessor. Estamos aqui para servir a nossos povos, não somente à pátria pequena, Equador, e sim à pátria grande. Estaremos onde nos necessitem nossos povos, seja como presidentes ou em outras funções.

– O Atpda (acordo de preferências alfandegárias com os EUA) vence dentro de pouco tempo. Peru e Colômbia já têm tratados de livre comércio com os EUA. O que vai fazer o Equador?
– Também está aí a Bolívia. As preferências alfandegárias nascem como uma compensação pela luta contra as drogas. Sobre a qual os países andinos têm responsabilidade porque são os maiores produtores de droga! Os Estados Unidos nada dizem sobre a responsabilidade que têm por consumi-la. Eduardo Galeano diz que as lutas contra a droga são compartilhadas: nós entramos com os mortos e eles com os narizes. O Atpda nasceu na administração Clinton como compensação nessa luta contra as drogas que é extremamente cara, que é uma causa da humanidade. Mas nós temos outras causas como a miséria, como crianças sem escolas, famílias sem hospitais. É uma nova forma de pressão contra os países que não se portam bem de acordo com a visão dos Estados Unidos. Cada ano temos que ficar nesse suspense se nos concedem ou não as preferências alfandegárias. Se concedem, bem, se não, saberemos ir em frente.

– Agora que terá maioria no Parlamento você disse que uma das prioridades será a aprovação da lei da comunicação. Suas críticos assinalam que ela cria um organismo governamental que regula conteúdos e pune os meios de comunicação que difundem conteúdos discriminatórios. Como se garante a plena liberdade de expressão?
– Você não vai acreditar no que vou dizer: eu não conheço o projeto de lei. Isso vem duma ordem constitucional aprovada pelo povo equatoriano nas urnas. Como a imprensa diz que esta lei vai se meter com os conteúdos, não apoia o cumprimento da Constituição de 2008, que foi aprovada com 63% dos votos e que

impulsiona uma nova lei da comunicação. A imprensa a bloqueou sistematicamente com seus cúmplices na Assembleia (Nacional), você sabe que há deputados cúmplices dos poderes de fato. Em todo caso, é uma iniciativa legislativa que não conheço e já avisei ao presidente da Assembleia que se vai tramitar o projeto peço uma reunião para que não haja maiores vetos. Aqui temos que buscar um equilíbrio adequado: controlar os abusos da imprensa, mas sem que se caia em censura prévia. Aqui no Equador há sim uma lei dos meios de comunicação, uma lei da época da ditadura, claro, só para meios audiovisuais e impressos. E tem um conselho controlado completamente pelo Executivo, que pode até suspender canais de televisão. Então inventaram a mentira de que se quer agora controlar quando temos que mudar uma lei da ditadura.

– No caso dos meios opositores, acredita que aprenderam alguma lição depois da tentativa de golpe de 30 de setembro e sua questionada cobertura?
– Não. Ainda continuam negando que o 30 de setembro (de 2010) existiu. Incrível. Alguns, há pouco, publicaram uma caricatura dizendo que a tentativa de golpe foi uma invenção: que as ameaças de morte e os tiros contra o carro foram uma invenção. Creia-me que existem um sectarismo e fundamentalismo em alguns meios, que como diz Cristina Fernández, são meios de oposição. Porém nem sequer assumem sua responsabilidade política; quando se quer que respondam por suas posições políticas, aí são meios de comunicação que pedem que não os toquem. Esses senhores bloqueiam uma lei da comunicação que foi respaldada no referendo de 2011, para que não restem dúvidas de que o povo disse que quer essa lei. E continuam bloqueando.

– Outro dos projetos que você mencionou como fundamentais é o Código Penal. Seus detratores afirmam que se criminaliza o protesto. O que pode dizer sobre este ponto?
– (Mostra um sorriso irônico) Olha como é a má fé, o código atual tem um problema, tem uma seção que se chama Sabotagem e Terrorismo, onde são punidos os que bloqueiam vias, jogam pedras contra carros, etc. Nós temos que punir essas ações, mas não teriam que estar na seção Sabotagem e Terrorismo. Esta tipificação é equivocada e já está corrigida no novo código. Os que usaram esses slogans da criminalização do protesto obtiveram 3% dos votos, para que veja a quem representam. A principal preocupação do povo equatoriano é a segurança. O atual Código tem mais de 70 anos e estabelece delitos que já não existem, e não inclui outros que ocorrem agora como o sicariato. O novo Código Penal foi enviado há um ano à Assembleia, mas para causar dano a Correa, para que fracasse a luta contra a insegurança – que matem nossos filhos, que destruam nossa família -, não o aprovam. Mas graças ao povo equatoriano esse Código vai sair.

– Seu governo fará uma lei de casamento entre pessoas do mesmo sexo?
– Não. A Constituição diz que o casamento como instituição é entre pessoas de sexos diferentes. Nós promovemos muito os direitos e a não discriminação de quem quer que seja por qualquer motivo, menos ainda por suas preferências sexuais. A Constituição reconhece uniões de fato, por exemplo os direitos de herança, mas claramente a Carta Magna diz que o casamento é entre um homem e uma mulher.

– Proporá uma lei que descriminalize o aborto?
– Pessoalmente não irei propor nenhuma lei que vá mais além dos dois casos que já estão contemplados na legislação atual: no caso da violação duma mulher com incapacidade mental e no caso de estupro, quando se violenta uma menor.

– Quando disse no domingo que com alguns dirigentes opositores não ia dialogar, estava incluindo Guillermo Lasso?
– Não. Estamos muito contentes que se tenha consolidado uma direita ideológica, por fora duma "partidocracia" saqueadora e corrupta. Lasso tem um discurso coerente com sua ideologia, ainda que não estejamos de acordo com ela. A prática, o que se diz e o que se faz. Ele fez declarações muito corretas, muito definidoras, quando reconheceu a derrota e disse "somos a segunda força eleitoral e vamos inaugurar a oposição no Equador", está reconhecendo que o que tivemos não era uma oposição. Bem-vinda a oposição democrática. Na América Latina não temos tido oposição democrática, temos tido oposição conspiradora. Lucio Gutiérrez apoiou o golpe de Estado do 30 de setembro! Naquele dia os opositores se reuniram num hotel cinco estrelas bebendo uísque importado e celebrando a queda do governo. Quando fracassaram na sua tentativa porque o povo equatoriano saiu às ruas para defender a democracia, ainda pediram uma anistia para todos os assassinos. O que disse Lasso é muito acertado, é que vai inaugurar uma oposição democrática. Tivemos golpismo, conspiração permanente, em cumplicidade com alguns meios de comunicação.

– Você disse na campanha que o processo equatoriano vai mais além de sua pessoa. Você vai preparar um delfim político como fez Lula com Dilma Rousseff?
– Estamos preparando centenas, talvez milhares de quadros jovens. Analise nossa lista de candidatos ao Parlamento e a média de idade que eles têm. Temos governadores de 25 anos, mulheres, confiamos muito na juventude e nas mulheres. No ministério tivemos ministros de 28 anos. Confiamos muito nos jovens, estamos preparando muitos quadros para que tomem o bastão. De acordo com a Constituição pode ser candidato a partir dos 35 anos, por aí passamos com a juventude. E depois de quatro anos os jovens terão somente 33 (sorri). Nosso projeto político não é Correa, é a revolução cidadã e ultrapassa qualquer pessoa.
Tradução: Jadson Oliveira

Fonte: http://www.fazendomedia.com/correa-na-america-latina-ha-uma-oposicao-conspirativa-parte-1/

Em Foco III

Religión y política: ¡Peligro!

Por Rigoberto Lanz, 25/02/2013

"…*durante los próximos dos decenios al menos, incluso si el crecimiento norteamericano pudiera ser interrumpido provisoriamente por la crisis financiera, por la recesión o por conflictos, lo esencial de los acontecimientos culturales, políticos, militares, estéticos, morales y sociales del planeta acentuarán aún más la supremacía de los Estados Unidos".* Jacques Attali: **Une breve histoire de l´avenir**. P.167

Son ya varios los artículos consagrados a la deriva de la laicidad del Estado que tanto ha costado a la Modernidad (uno de los pocos restos de su herencia moribunda) Los despeñaderos de esta recaída mágico-religiosa en los asuntos públicos significa un salto atrás de siglos de luchas de una humanidad oprimida por todos desmanes de iglesias, sectas y misceláneas. La laicidad del Estado ha sido históricamente una barrera para que el espacio público se descontamine de los horrores de las guerras religiosas, de las infiltraciones de los confesionalismos en la vida institucional, del fanatismo de muchedumbres que llenan sus espacios vitales con el famoso "opio del pueblo" que ahora vuelve revestido de algún embadurnamiento de eso que llaman la realidad: el presidente del Banco Vaticano es un exitoso fabricante de barcos de guerra, el Papa renuncia porque la obstinación de sus mafias internas, los Estados confesionales pretenden dictar pautas sobre lo bueno y lo malo (el mundo árabe bajo la modalidad etno-religiosa marcha impertérrito por este desfiladero civilizacional) ¿Qué estará ocurriendo?

El fondo del asunto alude al terrible vaciamiento que arrastra la crisis de la Modernidad: todo se desvanece, las antiguas solideces se esfuman, el régimen de creencias se derrumba y la gente queda en el desamparo. Desde allí se disparan todos los acomodos posmodernos que van remplazando los meta-relatos de la Modernidad: politeísmo de los valores, relativismo de la cultura, transversalidad de las formas religiosas. En medio de este tránsito epocal (migración de una civilización a otra) todo se mezcla con todo, todo vale lo miso (o casi), la política y la religión se entrecruzan peligrosamente. Mi tesis es que en esta confusión generalizada quien pierde es lo político; la vuelta de los rituales religiosos, por la puerta de atrás, en los asuntos públicos es una degradación cultural que se está saltando siglos de acumulación de prácticas democráticas fundadas en la laicidad del Estado. Nada—absolutamente nada—justifica tal derrape reaccionario, menos aun cuando se despliega con la complicidad de gobiernos progresistas que deberían batirse con fuerza por una cierta decencia de la política (no se les pide que sean "revolucionarios", "posmodernos" o "anarquistas") El Estado laico no es negociable…pero se contamina de incrustaciones mágico-religiosas que marchan hacia la prehistoria. El Estado laico es una conquista de la Modernidad…pero su deriva reaccionaria pulula en el

derrumbe de casi todo (no estaría mal darle una lectura a aquel legendario libro: *Cuando todo se derrumba*, del que por puro azar soy el autor).

El Estado laico nos trajo hasta aquí superando las peores lacras y aberraciones de los últimos dos mil años…pero el retorno de la fantasmagoría del cielo y el infierno no se ha hecho esperar. El Estado laico es la metáfora de una cierta idea de libertad que, al menos, posibilita la expansión de una subjetividad libertaria…pero las muchedumbres y sus dioses están haciendo lo suyo para que todo sea santificado.

El desamparo espiritual es la gran coartada para que el socorro religioso se relegitime. Las almas desoladas buscan refugio en los variados nichos de autoayuda mágico-religiosa. Mientras estos asuntos permanezcan en el estricto ámbito privado, no hay nada que discutir. Cosa diferente es lo que está viéndose en tantas partes del mundo con la invasión de las iglesias en los asuntos del espacio público que está reservado al Estado laico (sobre manera, para evitar que se coman los unos a los otros).

La espiritualidad de los seres humanos no tiene nada que ver con religiones…pero las iglesias han colonizado desde siempre esa dimensión destellante de la subjetivida

Fonte: http://alainet.org/active/61874&lang=es

Em Foco IV

A única verdade é a realidade

Por Horácio Verbitsky, odiário.info

A primeira coletiva de imprensa do porta-voz do papa Francisco foi para separá-lo de Jorge Mario Bergoglio, acusado pela entrega de sacerdotes à Escola de Mecânica da Armada (ESMA). Como os testemunhos e os documentos são incontestáveis, o caminho escolhido foi o desacreditar quem os divulgou, qualificando o jornal Página/12 como “esquerdista”. As tradições se conservam: é a mesma coisa que Bergoglio disse de Jalics e Yorio diante daqueles que os sequestraram. O artigo é de

Buenos Aires – Em seu primeiro encontro com a imprensa depois da eleição do jesuíta Jorge Mario Bergoglio como Papa da Igreja Católica Apostólica Romana, seu porta-voz, o também jesuíta Federico Lombardi, descartou como velhas calúnias da esquerda anticlerical, difundidas por um jornal caracterizado pelas campanhas difamatórias, as alegações sobre a atuação do ex-provincial da Companhia de Jesus durante a ditadura argentina e, sobretudo, o papel que desempenhou da desaparição de dois sacerdotes que dependiam dele, Orlando Yorio e Francisco Jalics. Ao mesmo tempo, meios de comunicação e políticos argentinos de oposição incluíram a nota “Um ersatz”, publicada aqui no dia seguinte da eleição papal, entre as reações do kirchnerismo pela entronização de Bergoglio. Também um setor do governo preferiu aclamá-lo como “argentino e peronista” (a mesma consiga com que, a cada setembro, se homenageia José Rucci) e negar os fatos incontestáveis.

A reconciliação

Desde a Alemanha, onde Jalics vive retirado em um monastério, o líder provincial jesuíta alemão disse que o sacerdote havia se reconciliado com Bergoglio. Jalics, por sua vez, hoje com 85 anos, esclareceu que se sentia reconciliado com “aqueles acontecimentos, que para mim são assunto encerrado”. Ainda assim, reiterou que não faria comentários sobre a atuação de Bergoglio no caso. A reconciliação, para os católicos, é um sacramento. Nas palavras de um dos maiores teólogos argentinos, Carmelo Giaquinta, consiste em “perdoar de coração o próximo pelas ofensas recebidas” [1], o que só indica que Jalics já perdoou o mal que fizeram a ele. Isso diz mais dele do que de Bergoglio. Jalics não nega os fatos que narrou em seu livro “Exercícios de

meditação", de 1994: "Muita gente que sustentava convicções políticas de extrema-direita via com maus olhos nossa presença nas vilas pobres. Interpretavam nossa presença ali como um apoio à guerrilha e se propuseram a nos denunciar como terroristas. Nós sabíamos de que lado soprava o vento e quem era o responsável pelas calúnias. De modo que fui falar com a pessoa em questão e expliquei que estava jogando com as nossas vidas. O homem me prometeu que diria aos militares que não éramos terroristas. Por declarações posteriores de um oficial e trinta documentos aos quais tivemos acesso mais tarde pudemos comprovar, sem lugar para dúvidas, que esse homem não só não havia cumprido sua promessa, mas, ao contrário, havia apresentado uma falsa denúncia aos militares".

Em outra parte do livro acrescenta que essa pessoa tornou "crível a calúnia valendo-se de sua autoridade" e "testemunhou ante os oficiais que nos sequestraram que havíamos trabalhado na cena da ação terrorista. Um pouco antes eu havia manifestado a essa pessoa que estava jogando com nossas vidas. Devia ter consciência de que nos mandava a uma morte certa com suas declarações".

Em uma carta que escreveu em Roma em novembro de 1977, dirigida ao assistente geral da Companhia de Jesus, padre Moura, Orlando Yorio conta o mesmo, mas substitui a referência a "uma pessoa" por Jorge Mario Bergoglio. Nove anos antes que o livro de Mignone e 17 anos antes do de Jalics, Yorio conta que Jalics falou duas vezes com o provincial que "se comprometeu a frear os rumores dentro da Companhia e tomar a iniciativa de falar com gente das Forças Armadas para testemunhar nossa inocência". Também menciona as críticas que circulavam na Companhia de Jesus contra ele e Jalics: "Fazer orações estranhas, conviver com mulheres, heresias, compromisso com a guerrilha". Jalics conta em seu livro que, em 1980, queimou aqueles documentos probatórios do que chama de "o delito" de seus perseguidores. Até então, ele os conservava com a secreta intenção de utilizá-los. "Desde então me sinto verdadeiramente livre e posso dizer que perdoei de todo o coração".

Em 1990, durante uma de suas visitas ao país, Jalics se reuniu no instituto Fé e Oração, da rua Oro 2760, com Emilio Fermín e sua mulher, Angélica Sosa. Disse a eles que "Bergoglio se pôs a que, uma vez posto em liberdade, permanecesse na Argentina, e falou com todos os bispos para que não o aceitassem em seu diocese pois teria se retirado da Companhia de Jesus". Tudo isso não é o Página/12 quem diz, mas sim Orlando Yorio e Francisco Jalics. Quem quer destruir a Igreja, então?

Cada volume da minha História Política da Igreja na Argentina inclui uma advertência: "Estas páginas não contém juízos de valor sobre o dogma nem o culto da Igreja Católica Apostólica Romana, mas sim uma análise de seu comportamento na Argentina entre 1976 e 1983 como 'realidade sociológica do povo concreto em um mundo concreto', segundo os termos de sua própria Conferência Episcopal. Em troca, sua 'realidade teológica do mistério' [2] só diz respeito aos fieis, que merecem todo meu respeito".

Em defesa da tradição

A qualificação deste diário pelo porta-voz do Vaticano como sendo de "esquerda anticlerical" revela a continuidade de arraigadas tradições. É o mesmo que o agora papa fez há 37 anos com seus sacerdotes, ainda que naquele momento isso implicasse um grave perigo. As acusações contra Bergoglio foram formuladas pela primeira vez antes que o Página/12 existisse. Seu autor foi Mignone, diretor do órgão oficial da Ação Católica, Antorcha, fundador da União Federal Democrata Cristã e vice-ministro da Educação na província de Buenos Aires e na Nação.

Nenhum desses cargos podia ser alcançado sem a benção episcopal. Em seu livro "Igreja e ditadura", de 1986, Mignone escreveu que os militares limparam "o pátio interno da Igreja, com a aquiescência dos prelados". O vice-presidente da Conferência Episocpal, Vicente Zazpe, revelou que pouco depois do golpe a Igreja acordou com a Junta Militar que, antes de deter um sacerdote, as Forças Armadas avisariam o respectivo bispo. Mignone escreveu que "em algumas ocasiões a luz verde foi dada pelos próprios bispos" e que a Armada interpretou a retirada das licenças de Yorio e Jalics e das "manifestações críticas de seu provincial jesuíta, Jorge Bergoglio, como uma autorização para agir". Para Mignone, Bergoglio é um dos "pastores que entregaram suas ovelhas ao inimigo sem defendê-las nem resgatá-las".

Duas décadas depois encontrei por acaso as provas documentais que Mignone não conheceu e que confirmam seu enfoque do caso. O fato de Bergoglio ter ajudado outros perseguidos não é uma contradição: o mesmo foi feito por Pío Laghi e inclusive Tortolo e Victorio Bonamín.

Cronos

Nestas páginas se aprofundou o caso quatro anos antes que o kirchnerismo chegasse ao governo. A primeira nota, publicada em abril de 1999, “Com el mazo dando”, dizia que o novo arcebispo portenho “segundo a fonte que se consulte é o homem mais generoso e inteligente que já rezou missa na Argentina ou um traidor maquiavélico que traiu seus irmãos em função de uma ambição insaciável de poder. Talvez a explicação resida em que Bergoglio reúne em si dois traços que nem sempre andam juntos: é um conservador extremo em matérias dogmáticas e possui uma manifesta inquietude social. Em ambos os aspectos se parece com quem o indicou para comandar a principal diocese do país, o papa Karol Wojtyla”.

O conceito é o mesmo que expressei na quinta-feira quando a fumarola alvi-celeste comoveu todas as torcidas, de La Quiaca a Terra do Fogo. Aquela nota contrapunha a versão de Mignone com a de Alicia Oliveira, advogada do CELS e amiga de Bergoglio, cuja irmã trabalhava na vila de Flores, junta com a filha de Mignone e com os dois religiosos. “Disse a eles que tinham que ir embora e não deram bola. Quando foram sequestrados, Jorge averiguou que estavam com a Armada e foi falar com Massera, a quem disse que se os sacerdotes não fossem libertados, ele iria denunciar o que estava acontecendo. No dia seguinte apareceram em liberdade”.

Também incluía a refutação de um sacerdote da Companhia de Jesus: “A Marinha não se metia com ninguém da Igreja que não incomodasse a Igreja. A Companhia não teve um papel profético e de denúncia, diferentemente dos palotinos ou dos pasionistas, porque Bergoglio tinha vínculo com Massera.Não são apenas os casos de Yorio, Jalics e Monica Mignone, sobre cujo sequestro a Companhia nunca formulou a denúncia pública. Outros dois padres, Luis Dourrón, que depois deixou a batina, e Enrique Rastellini, também atuavam no Baixo Flores. Bergoglio pediu que eles fossem embora dali e quando se negaram a fazê-lo, os militares ficaram sabendo que ele não os protegia mais, o que foi o sinal verde para que eles fossem sequestrados”.

Esse sacerdote, que morreu há seis anos, era Juan Luis Moyano Walker, que havia sido amigo íntimo de Bergoglio. Em função dessa nota, Bergoglio me ofereceu sua própria versão dos fatos, na qual aparecia como um super-herói. Tanto ele como Jalics, a quem telefonei em seu retiro alemão, me pediram que atribuísse suas declarações a um sacerdote muito próximo a cada um deles. Bergoglio disse que viu Videla duas vezes e Massera outras duas. Na primeira reunião com cada um, ambos disseram a ele que não sabiam o que havia ocorrido e que iriam investigar. “Na segunda reunião, Massera estava cansado com esse jovem de 37 anos que se atrevia a insistir”. Segundo Bergoglio, tiveram esse diálogo: “Eu já disse a Tortolo o que sabia”, disse Massera. “Ao monsenhor Tortolo”, corrigiu Bergoglio. “Olhe Bergoglio...”, começou Massera, incomodado pela correção. “Olhe Massera”, respondeu no mesmo tom Bergoglio, antes de reiterar-lhe que sabia onde estavam os sacerdotes e reclamar sua libertação. Limitei-me a transcrever o que Bergoglio disse, com a atribuição que me pediu. Mas até hoje não me parece verossímil esse diálogo com um dos governantes mais poderosos e mais cruéis, que o teria feito desaparecer sem nenhum escrúpulo. Ambos tinham em comum a relação com a Guarda de Ferro, o grupo da direita peronista no qual Bergoglio militou em sua juventude e ao qual Massera designou um interventor a partir do golpe, com o propósito de somá-lo à sua campanha pela herança do peronismo. Em 1977, a Universidade jesuítica de Salvador recebeu Massera como professor honorário, que levantou objeções a Marx, Freud e Einstein, por questionarem o caráter inviolável da propriedade privada, agredirem o “espaço sagrado do foro íntimo”, e colocarem em crise a condição “estática e inerte da matéria”. Massera disse que a Universidade era “o instrumento mais hábil para iniciar uma contraofensiva” do Ocidente, como se Marx, Freud e Einstein não fizessem parte dessa tradição.

Bergoglio tomou um cuidado especial neste dia, de modo que ninguém viu uma foto sua com Massera. Mas é inimaginável que o ditador tenha recebido a distinção sem que a cerimônia fosse autorizada pelo provincial jesuíta que delegou a gestão diária para uma associação civil conduzida pela Guarda de Ferro, mas manteve sob seu controle sua condição espiritual. Depois, Massera foi convidado a expor na universidade jesuítica de Georgetown, em Washington. O sacerdote irlandês Patrick Rice, que deixou a Argentina depois de ter sido sequestrado e surrado, interrompeu essa conferência exigindo-lhe explicações sobre os crimes da ditadura. Segundo Rice, o provincial estadunidense não teria convidado um personagem semelhante sem a aprovação, ou o pedido, do provincial argentino. Estes fatos comprováveis desmentem o diálogo fantasioso no qual o jovem Bergoglio teria desafiado o senhor da Esma.

Uma morte cristã

Em 1995, um ano depois do livro de Jalics, foi publicado "El Vuelo", onde o capitão de fragata Adolfo Scilingo confessa que lançou trinta pessoas ainda vivas no mar a partir de aviões da Marinha e do governo, após drogá-las. Além disso, afirmou que esse método foi aprovado pela hierarquia eclesiástica por considerar o voo como uma forma cristã de morte e que os capelães da marinha consolavam aqueles que voltavam perturbados dessas missões, com parábolas bíblicas sobre a separação do joio do trigo.

Impressionado, retomei uma investigação que havia iniciado anos antes sobre a ilha do Tigre ("El Silencio"), na qual a Marinha escondeu 60 detidos-desaparecidos para que não fossem encontrados na ESMA pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Era propriedade do Arcebispado de Buenos Aires. Ali celebravam a graduação dos seminaristas todos os anos e o cardeal Juan Aramburu descansava nos finais de semana. O sacerdote Emilio Grasselli a vendeu à força-tarefa da ESMA, que a comprou com um documento falso e em nome de um dos prisioneiros. Mas não havia visto os títulos de propriedade até que Bergoglio me deu os dados precisos sobre o expediente sucessório de Antonio Arbelaiz, o administrador da Cúria que figurava como o dono. Isso mostra que ele não teve relação com esse episódio. Arbelaiz fez um testamento a favor da Cúria, que é onde foi parar o dinheiro que a Marinha pagou a Grasselli pela ilha, onde os 60 prisioneiros passaram dois meses encarcerados.

Parece o caminho típico de uma operação de lavagem de dinheiro: Arbelaiz vende a Grasselli que vende a ESMA que compra com um documento falso e a hipoteca é levantada, pagando-se à Cúria, que é a herdeira de Arbelaiz. Em um de seus depoimentos à Justiça, Bergoglio reconheceu que falou comigo sobre o sequestro de Yorio e Jalics. Mas disse que nunca ouviu falar da ilha "O silêncio". Sempre o jogo duplo, a admissão privada e a negativa pública.

Pelas costas

Durante a investigação encontrei por acaso no arquivo do Ministério de Relações Exteriores uma pasta com documentos que, na minha avaliação, terminam com a discussão sobre o papel de Bergoglio em relação às prisões de Yorio e Jalics. Busquei uma escrivã, que certificou sua localização no arquivo, cujo diretor na época, ministro Carlos Dellepiana, guardou em um cofre para impedir que fossem roubados ou destruídos. A história que essa pasta conta soa familiar. Ao ser posto em liberdade, em novembro de 1976, Jalics foi embora para a Alemanha. Em 1979 seu passaporte havia vencido e Bergoglio pediu à Chancelaria que fosse renovado sem que ele voltasse ao país. O diretor de Culto Católico da Chancelaria, Anselmo Orcoven, recomendou rejeitar o pedido "em atenção aos antecedentes do autor da petição", que foram fornecidos "pelo próprio padre Bergoglio, signatário da nota, com especial recomendação de que o pedido não fosse atendido".

Dizia que Jalics teve conflitos de obediência e uma atividade desagregadora em congregações religiosas femininas, além de ter ficado "detido" na ESMA junto com Yorio, "por suspeita de contatos com guerrilheiros". Ou seja, as mesmas acusações formuladas por Yorio e Jalics (e corroboradas por muitos sacerdotes e laicos que entrevistei): enquanto aparentava ajuda-los, Bergoglio os acusava pelas costas.

É lógico que este fato de 1979 não serve de base para uma condenação legal pelo sequestro de 1976. O documento assinado por Orcoyen sequer foi incorporado ao processo, mas indica uma linha de conduta. Ligar o diretor de Culto Católico da ditadura a uma conspiração contra a Igreja seria um exagero. Por isso, Bergoglio e seu porta-voz calam sobre estes documentos e preferem desqualificar quem os encontrou, preservou e publicou.

[1] Carmelo Giaquinta: "Reconciliándonos con nuestra Historia", organizado pelo Projeto "Setenta veces siete" e Editorial San Pablo, na 36ª Feira Internacional do Livro, Salão Roberto Arlt, 8 de maio de 2010.

[2] Conferência Episcopal Argentina (CEA), Plano Nacional de Pastoral, Buenos Aires, 1967, p. 14, cfr. Luis O. Liberti, Monseñor Enrique Angelelli. Pastor que evangeliza promovendo integralmente o homem, Editorial Guadalupe, Buenos Aires, 2005, p. 164.

Tradução: Marco Aurélio Weissheimer

Artigo em espanhol, com documentos apresentados por Verbitsky

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21754

Espaço Aberto I

O legado de Hugo Chávez e a continuidade do embate Latino-Americano

Por Gabriel Fragoso* e Rhaysa Ruas **

"Si yo me callo, gritarían las piedras de los pueblos de América Latina que están dispuestos a ser libres de todo colonialismo después de 500 años de coloniaje".Hugo Chávez

Após meses de luta contra o câncer, morreu aos 58 anos o presidente venezuelano Hugo Chávez, deixando para trás um clima de incerteza em relação à continuidade da revolução bolivariana na Venezuela e na América Latina. De acordo com a Constituição venezuelana, novas eleições presidenciais deverão ser realizadas dentro de trinta dias, onde o líder da oposição, Henrique Capriles, será o adversário de Nicolás Maduro, sucessor político indicado por Chávez em dezembro.

Principal porta-voz de uma nova geração de políticos latino-americanos, Chávez viveu o suficiente para presenciar o maior processo de integração internacional no subcontinente. Idealizador da ALBA1, foi um dos maiores responsáveis por barrar os avanços da desastrosa ALCA2(representante da política estadunidense para o continente) e pela criação deuma outra via para as relações internacionais da região, através da CELAC3 e do incentivo direto a UNASUL e até mesmo ao MERCOSUL. A entrada da Venezuela no MERCOSUL é sem dúvida um dos maiores legados deixados por Chávez no plano internacional. Não por acaso, todos os principais líderes da região não só estiveram presentes no enterro do ex-presidente, como lamentaram profundamente sua morte.

Porém, é interno o maior legado deixado por Chávez. Os avanços sociais conquistados na Venezuela e tomados como exemplo pelos países latinos são muitos, e vão muito além da erradicação do analfabetismo4. O país apresenta a sociedade com melhor repartição de renda da América do Sul5, o maior salário mínimo

1A criação da Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), em 2004, entre Cuba e Venezuela, assentou as bases de uma aliança integradora baseada na cooperação e na reciprocidade, agrupando oito países membros, e que coloca o ser humano no centro do projeto de sociedade, com o objetivo de lutar contra a pobreza e a exclusão social. Hoje fazem parte também a Bolívia, Equador, Nicarágua, República Dominicana, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. Mais informações: http://www.alba-tcp.org/

2 A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é a tentativa de construção de um bloco econômico liderado pelo Estados Unidos que pretende a abertura total dos mercados nos países das Américas. Hoje, 34 países participam das negociações, que possuemmuitas dificuldades em avançar. Mais informações: http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp

3 Hugo Chávez está na origem da criação, em 2011, da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), agrupando, pela primeira vez, 33 nações da região, que assim se emancipam da tutela dos Estados Unidos e do Canadá. Mais informações: http://www.celac.gob.ve/

4Contrariando as projeções negativas da CEPAL que indicavam a permanência de 6% de analfabetismo, a Venezuela foi declarada território livre do analfabetismo pela UNESCO em 28 de outubro de 2005, após implementar o método cubano "Yo, si puedo" através do programa educativo Missão Robinson I. Disponível em: http://www.sbec.org.br/evt2012/trab05.pdf

5O coeficiente Gini, que permite calcular a desigualdade em um país, passou de 0,46 em 1999 para 0,39 em 2011 e segundo o PNUD, a Venezuela ostenta o coeficiente Gini mais baixo da América Latina, e é o país da região onde há menos desigualdade. Mais informações em: http://www.pnud.org.ve/content/view/176/169/

regional6 e o mais acelerado padrão de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do subcontinente, segundo relatório das Nações Unidas.

Durante o governo Chávez, registrou-se também o crescimento do PIB do país, e apesar das críticas por não ter diversificado a economia, os avanços sociais conquistados com a redistribuição do dinheiro, sobretudo proveniente do petróleo não pararam:durante a presidência de Chávez, os gastos sociais aumentaram 60,6%. O desemprego diminuiu de 15,2% em 1998 para 6,4% em 2012, com a criação de mais de 4 milhões de postos de trabalho; os investimentos em educação foram visíveis - o número de crianças na escola passou de 6 milhões em 1998 para 13 milhões em 2011, e a taxa de escolarização agora é de 93,2%, e número de estudantes passou de 895.000 em 2000 para 2,3 milhões em 2011, com a criação de novas universidades; em relação à saúde, foi criado o Sistema Nacional Público para garantir o acesso gratuito à atenção médica para todos os venezuelanos e entre 2005 e 2012, foram criados 7.873 centros médicos na Venezuela, com o número de médicos passando de 20 por 100 mil habitantes, em 1999, para 80 em 2010, ou seja, um aumento de 400%. Houvemudanças sociais significativas, que tiveram consequências diretas na diminuição da mortalidade infantil, no aumento da expectativa de vida da população, na diminuição da pobreza - de 1999 a 2011, a taxa de pobreza passou de 42,8% para 26,5%, e a taxa de extrema pobreza passou de 16,6% em 1999 para 7% em 2011–, na diminuição das desigualdades sociais e na ampliação da cidadania.7

Assim, Chávez mostra-se desde o início, muito comprometido com o aprofundamento da democracia em seu país e em toda a região, uma vez que a democracia está diretamente ligada à cidadania. Porém, mesmo nos marcos burgueses de democracia, o comandante superou paradigmas: apesar de ser tratado como "ditador" pelos principais veículos de comunicação da burguesia internacional, Hugo foi eleito4 vezes presidente da Venezuela, e passou por cerca de catorze processos eleitorais gerais desde 1998, sempre com a presença de observadores internacionais das mais distintas correntes. Na última eleição pela qual Chávez passou, o ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, chegou a citar o sistema eleitoral venezuelano como “o mais aperfeiçoado do mundo”, e todas as instâncias internacionais, desde a União Europeia até a Organização dos Estados Americanos, passando pela União de Nações Sul-Americanas e pelo Centro Carter, mostraram-se unânimes ao reconhecer a transparência das eleições.

Paradoxalmente, os mesmo meios de comunicação venezuelanos que acusam Chávez de ser um ditador são aqueles que tiveram papel de destaque no golpe de Estado que derrubou o presidente por 47 horas, em 12 de abril de 2002. Na ocasião, as ruas de Caracas estavam tomadas pelo terceiro dia de uma série de manifestações organizadas pela oposição em meio à convocação de uma greve geral pela Fedecámaras, maior associação empresarial do país e uma das maiores forças de oposição ao governo Chávez, e a central sindical CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela).A manifestação, que tinha autorização para acontecer entre o Parque del Este e as dependências da sede da petrolífera PDVSA, modificou seu trajeto em direção à sede presidencial. Miraflores, por sua vez, estava ocupado por um grande número de simpatizantes das políticas de Chávez. O encontro dos dois grupos de manifestantes resultou em confronto, provocado pelas autoridades, uma vez que envolvia também policiais e soldados, que ao que tudo indica, deram o primeiro tiro, no tumulto que teve como saldo 19 mortos e cerca de cem feridos. Enquanto o presidente pedia calma em cadeia nacional de rádio e televisão, líderes da oposição e empresários acusavam o governo de promover atos de violência contra a população. Assim, Hugo Chávez fora levado por militares para uma ilha e pressionado para assinar sua renúncia, ao mesmo tempo em que Pedro Carmona assumia a Presidência interinamente e dissolvia órgãos democráticos como o Parlamento, a Assembleia Nacional, o Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional Eleitoral.

O que os articuladores do golpe não imaginavam é que a classe trabalhadora venezuelana, ao saber da real situação de Chávez, iria sair às ruas em protestos, rodeando os prédios das redes de televisão e o Palácio Miraflores. Em meio à revolta popular, a grande mídia demonstrou sua postura assumidamente golpista ao não noticiar as manifestações, mantendo desenhos animados no ar durante toda a movimentação. No dia 13 de abril, o governo *defacto* não resiste às pressões de militares pró-Chávez e o vice-presidente DiosdadoCabello é restituído ao poder, entregando-lhe à Chávez na madrugada do mesmo dia. Em 2006, a emissora de oposição Radio Caracas Televisión (RCTV), uma das grandes redes de televisão envolvidas no golpe de 2002, não teve sua concessão de transmissão renovada. “Aqui não se vai tolerar nenhum meio de comunicação que

6Segundo a Organização Mundial do Trabalho.
7 Os dados para este parágrafo foram retirados de http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/27642/50+verdades+sobre+hugo+chavez+e+a+revolucao+bolivariana.shtml

esteja a serviço do golpismo, contra o povo, contra a nação, contra a independência nacional, contra a dignidade da república", declarou Chávez em mensagem transmitida pela TV oficial. Tal episódio é uma clara demonstração da manipulação da mídia e de como esta, produtora de senso comum, é também um instrumento de intervenção direta da burguesia nos processos políticos.

Apesar das tentativas de demonização do presidente através da transformação de sua imagem na de um ditador sanguinário, pela mídia, ao tomar posse em 2 de fevereiro de 1999,Chavezjurou: *"Juro delante de Dios, juro delante de laPatria, juro delante de mi pueblo que sobre esta moribunda Constituciónimpulsarélastransformaciones democráticas necesarias para que la República nuevatenga una Carta Magna adecuada a losnuevostiempos. Lo juro."* Tal juramento sintetizava desde já sua principal missão e comprometimento: aprofundar a democracia e mudar a Constituição venezuelana, que datava de 1961, a fim de diminuir as desigualdades.

O novo marco constitucional, que fundava a Quinta República, trouxe no seu bojo instrumentos democráticos inéditos. Além de instituir mecanismos plebiscitários, de caráter impositivo, que poderiam ser convocados tanto pelo parlamento e o governo quanto por iniciativa de cidadãos, a Constituição também adotou a possibilidade de referendos revogatórios de todos os mandatos, inclusive o presidencial, desde que estivesse cumprida metade do termo e ao menos 20% dos eleitores subscrevessem a convocação.O próprio Chávez enfrentou votação dessa natureza, em 2004, na qual manteve seu mandato por larga maioria. Muitos governadores, prefeitos e deputados não tiveram a mesma sorte e foram afastados. O objetivo dessas medidas, entre tantas outras, não era eliminar a democracia representativa, mas reinseri-la em um cenário no qual as formas de participação direta da cidadania ocupassem o centro das decisões.

Estas são apenas algumas das transformações trazidas pelo bolivarianismo à realidade Venezuelana e Latino-americana, que se somam à reforma agrária que distribuiu mais de 3 milhões de hectares a dezenas de milhares de agricultores, às nacionalizações, e a cooperativização8 de certos setores da economia, políticas centrais no combate ao imperialismo na região. A nacionalização da empresa de petróleo PDVSA, em 2003, permitiu que a Venezuela recuperasse sua soberania energética, e a nacionalização dos setores elétricos e de telecomunicação (CANTV e Eletricidade de Caracas) permitiu pôr fim a situações de monopólio e universalizar o acesso a esses serviços. Outra luta histórica da classe trabalhadora incorporada e tornada realidade pelo governo Chávezfoi a redução da jornada de trabalho: reduzida a 6 horas diárias e a 36 horas semanais sem diminuição do salário.

Posto isso, cabe a nós a reflexão: seria Chávez um populista, ou um presidente cujo governo, socialmente referenciado, deu voz às camadas subalternas? Para nós está claro seu avanço em direção à construção do socialismo. E não nos parece sensato que parte da esquerda latino-americana o critique como desenvolvimentista ou nãoradical. Investir nessa posição é cometer o mesmo erro que a própria esquerda chilena cometeu com Allende. Pois são evidentes as limitações em se tomar o poder através da via institucional, mas uma vez feita esta opção, os avanços são louváveis.

Enquanto a esquerda brasileira está dividida em sua opinião sobre o que se convencionou chamar de chavismo, a burguesia faz seu papel através da mídia, praticando o estelionato cultural: para a maioria das classes médias e altas do país, Chávez é de fato um ditador, enquanto para as classes subalternas, que não possuem qualquer contato com as transformações realizadas por seu governo, Chávez é mais um desconhecido. Entendemos que a mídia, sendo um instrumento de controle da classe trabalhadora,étambém, um instrumento de fabricação e reprodução do consenso, de transposição do que está sendo pensado por todas as partes da luta de classes. É com este entendimento, que interpretamos as manchetes dos jornais brasileiros nos dias seguintes à morte do presidente: as revistas da burguesia conservadora mantiveram manchetes como *Chávez, a herança sombria. A maldição da múmia*9 ou *Porque a América Latina tem que se*

8 Desde 1999, foram criadas mais de 50.000 cooperativas em todos os setores da economia. Em 1999, a Venezuela produzia 51% dos alimentos que consumia. Em 2012, a produção é de 71%, enquanto que o consumo de alimentos aumentou 81% desde 1999. Se o consumo em 2012 fosse semelhante ao de 1999, a Venezuela produziria 140% dos alimentos consumidos em nível nacional.

9Capa da Revista Veja edição nº 2312 em 13/03/2013. Mais informações em: http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx

*livrar de seu legado? O fracasso de seu governo na Venezuela*10 enquanto os jornais populares faziam piadasdespolitizantes, como confundi-lo com um personagem de um famoso programa televisivo latino-americano *Chávez morre sem querer querendo e deixa professor Girafales no poder*11, mas que traduziam o desconhecimento de sua importância política para e entre a classe trabalhadora brasileira, e ambos, sem nenhuma menção sequer às transformações sociais que impulsionara. A única revista a abordar sua morte como a *Morte de um líder*12 representa uma parcela pequena da esquerda intelectual do país, uma vez que não é acessível à grande parte da classe. Parte, ainda, da esquerda intelectual brasileira, insiste em comparar Chávez ao governo Lula/Dilma, ao colocar a via desenvolvimentista para alcançar o socialismo, algo que também não representa a realidade e deixa o balanço político sobre o socialismo bolivariano muito a desejar.

Como o bolivarianismo vai sobreviver sem a figura-ícone de Hugo Chávez? Cremos que a sobrevivência de um movimento que tanto influenciou a articulação política regional não depende apenas de como irão se articular as forças políticas dentro da Venezuela. É responsabilidade política de toda a América Latina que a revolução bolivariana se sustente enquanto projeto político regional de embate contra o Imperialismo e deavançoda classe trabalhadora. Os movimentos sociais organizados e os menores partidos de esquerda têm a obrigação de fazer o balanço correto e aprofundado sobre a questão e de cobrar os governos de tradição trabalhista, como o nosso governo do PT, o apoio necessário para a Venezuela conseguir superar esta crise e manter vivo um projeto político que é caro a todos nós.

*** Graduando em Ciências Sociais/UERJ e bolsista do PROEALC**
*** * Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

Espaço Aberto II

Resistência Quilombola no Brasil: desafios e perspectivas

André Luiz de Carvalho Matheus*
Laila Freire Aurore Romão**

"Por menos que conte a história
Não te esqueço meu povo
Se Palmares não vive mais
Faremos Palmares de novo"13

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estima-se que existam mais de três mil comunidades quilombolas por toda a extensão territorial brasileira. No entanto, a maioria dessas comunidades ainda não possui situação fundiária regularizada, sendo, não raro, foco de ferrenhos conflitos por disputas de terra.

10Capa da Revista Época edição nº772 também na semana seguinte à morte do presidente (semana de 11/03/2013). Mais informações em: http://revistaepoca.globo.com/
11Jornal Meia Hora em 06/03/2013. Disponível em: http://www.meiahora.ig.com.br/capas
12Revista Carta Capital em 08/03/2013 edição nº 739. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/edicao-da-semana/?edicao=Edi%C3%A7%C3%A3o%20739. A revista Carta Capital é semanal e é vendida por R$9,90.

13 Carlos Limeira, José. Insônias. In Atabaques, p. 19-23

O direito à terra das comunidades de remanescentes de Quilombo foi reconhecido constitucionalmente no ordenamento jurídico brasileiro em 1988, devido à intensa luta do movimento negro. Foi inserido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68, dispondo que "*aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos."* Tal reconhecimento constitucional se coaduna à percepção de que a posse da terra é fundamental e necessária para a preservação da identidade étnica e cultural das comunidades quilombolas. Analisando-se sob a perspectiva jurídica, pode-se aferir que a garantia da posse da terra aos remanescentes de quilombo liga-se essencialmente ao princípio da dignidade humana, constituindo, portanto, um direito fundamental, que goza de proteção reforçada no ordenamento jurídico.

No entanto, diante desse novo dispositivo normativo, uma série de questões foi suscitada. Dificuldades relativas aos procedimentos e mecanismos operacionais necessários à materialização do referido direito, além de divergências acerca do significado do conceito "quilombo" vieram à tona, colocando de um lado aqueles que defendem uma interpretação restritiva e arqueológica e, de outro, os que problematizam o antigo conceito, buscando uma interpretação crítica, plural e garantidora de direitos aos quilombolas.

O primeiro significado formalmente atribuído à expressão "quilombo" data de 1740 e foi formulado pelo Conselho Ultramarino em virtude de uma consulta do rei de Portugal a este. Segundo ele, entende-se por quilombo "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele". Essa definição restringe o conceito de "quilombo" a comunidades compostas por escravos fugidos que se situem em locais distantes das grandes propriedades rurais e dos centros urbanos. Desconsidera, dessa maneira, comunidades quilombolas que foram constituídas no seio das grandes propriedades, detentoras de certa autonomia em face dos proprietários, e que mantinham relações comerciais com os centros urbanos, como aponta o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.14

O conceito sofreu, ao longo do tempo, pequenas alterações, mantendo como parâmetro os mesmos antigos elementos: a legislação do Maranhão de 184715, por exemplo, classificava quilombo como "reunião" de dois ou mais indivíduos com casa ou rancho. Já as legislações republicanas silenciaram sobre o tema, não apresentando qualquer dispositivo nos textos constitucionais a respeito da relação entre os negros ex-escravos e a terra, produzindo a ilusão jurídico-formal de que a figura do quilombo desapareceria e de que negros e brancos viveriam em plena igualdade após a abolição. Apenas em 1988, a expressão "quilombo" vem a ser inserida na constituição e, a partir de então, seu significado é reinterpretado substancialmente.

Um critério sociocultural passa a ser medida de definição para o conceito, em detrimento dos critérios frigorificados do século XVIII: a autodefinição das comunidades torna-se o requisito fundamental para sua identificação como remanescentes de quilombo; a força social e coletiva se contrapõe ao critério da classificação externa, na maioria das vezes etnocêntrico e estigmatizante. O critério da autodefinição foi positivado internacionalmente na Convenção da Organização Internacional do Trabalho-OIT 169.16, definindo que os Estados signatários têm o dever, no processo de reconhecimento, de ter como ponto de partida a representação e as práticas dos próprios agentes.

Quilombos, portanto, a partir de uma reflexão atual e crítica, "consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio..." e a sua identificação fundamenta-se na autodefinição dos próprios quilombolas como tais. 17

No entanto, a realidade prática ainda está em descompasso com a jurídico-formal. As comunidades quilombolas encontram um sem número de dificuldades que impedem a real efetivação de seus direitos, esbarrando em problemas como o profundo racismo enraizado na máquina judiciária que, por séculos, deu

14 Quilombos: identidade étnica e territorialidade. (org) O'Dwyer, Eliana Cantarino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

15 "Cf. Lei no 236 de 20 de agosto de 1847 sancionada pelo presidente da província do Maranhão Joaquim Franco de Sá

16 A Convenção 169 da OIT - adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 e recebida no ordenamento jurídico Brasileiro por meio do Decreto Legislativo n. 143/02 e do Decreto n. 5.051/04 - sobre povos indigenas e tribais, estabelece como critério fundamental para determinar os grupos a auto-identificação.

17 Manifestação do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia sobre Terra de Quilombo, em 1994.

sustentação legal à escravidão, além do desinteresse político e econômico para fins de resolução da questão. Muitos quilombos sofrem, ainda hoje, 125 anos após a abolição da escravidão, graves violações aos direitos humanos: o Quilombo do Rio dos Macacos, por exemplo, encontra-se envolvido em violento conflito territorial com a Marinha Brasileira e o Quilombo do Sacopã, localizado em bairro nobre do Rio de Janeiro, foi impedido de realizar manifestações culturais.

Tem-se que, portanto, a questão quilombola no Brasil, último país do continente americano a abolir o trabalho escravo, ainda está longe de ser resolvida. As marcas deixadas por mais de trezentos anos de escravidão se fazem presentes ainda hoje e as feridas continuam abertas. O desafio é muito maior do que a simples positivação de um direito; é preciso torná-lo efetivo e criar outros mecanismos concretos que amparem e reparem minimamente as comunidades quilombolas.

*** Graduando em Direito/UERJ e militante do Coletivo "Direito Para Quem?"**
*** * Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

Espaço Aberto III

A experiência cubana em perspectiva: notas sobre democracia.

Augusto Waga*
Rhaysa Ruas**

"O nosotros somos capaces de destruir
con argumentos las ideas contrarias,
o debemos dejar que se expresen.
No es posible destruir ideas por la fuerza,
porque esto bloquea cualquier desarrollo
libre de la inteligencia"
Ernesto Che Guevara

Recentemente, a blogueira cubana Yoani Sanchez visitou o Brasil em sua volta ao mundo em 80 dias. Foi interessante notar as diversas manifestações políticas em toda a América Latina, mas também a intensa cobertura e produção de sentidos que a mídia vem desempenhando: uma defesa incondicional da blogueira e de uma democracia que nem mesmo seus defensores sabem o que significa ou representa.

Escritora de um blog que, segundo forças políticas contrárias ao socialismo, "desafia o regime cubano", Yoani alega que o mesmo realiza intensas represálias à liberdade de expressão e que seu blog foi duramente censurado por causa disso, inclusive por fazer críticas ácidas à realidade cubana. À parte o que se sabe ou se omite como verdade, observa-se um reducionismo do conceito de democracia na atual conjuntura.

Carlos Nelson Coutinho identificou, em tempos de hegemonia do capital financeiro, um fenômeno chamado americanização da política, que representa uma redução da democracia à pequena política, expressão gramsciana que significa a política dos corredores, dos bastidores, ou seja, o esvaziamento completo da grande política. Em um contexto pós-Guerra Fria, em que o discurso do "fim da ideologia" se configura como uma marca do senso comum, não se discutem mais modelos, projetos, nem mais se travam trincheiras ideológicas18.

18 Entrevista com Carlos Nelson Coutinho, por Emiliano José e José Corrêa Leite. Disponível em: http://www.dotecome.com/politica/Textos/teoriadebate.htm. Para uma compreensão do conceito de democracia e de cidadania, ver: COUTINHO, Carlos Nelson.

Sabemos que a atual conjuntura da América Latina tem sido um retrato da barbárie: a região mais desigual do mundo testemunha uma falência da "democracia", em tempos em que a alienação aprofunda seus níveis e se instaura um quadro totalitário (de força, coerção), porém também, silencioso, em que prevalece o consenso19. Como destaca José Paulo Netto, a democracia está representada pela socialização da política, em que há uma universalização do direito ao voto, mas não uma socialização do poder político, o que, de fato, garantiria a soberania popular. Em outras palavras, a conquista do direito ao voto, hoje, quase não representa qualquer significado ou legitimidade para que se possa configurar a democracia, pois está reduzida a mera "regra do jogo".20 Por isso entendemos que o socialismo é a realização plena da democracia, em que a garantia dos direitos e a cidadania passam a ser um pressuposto, e não uma condição de certas conjunturas, como a do *Welfare State* nos países de capitalismo central, ou sua completa negação, como verificamos no chamado contexto neoliberal.

É importante levar em consideração que a mídia brasileira sempre ocupou um papel fundamental no aplauso efusivo ou na completa crítica do regime cubano. Segundo Andreia de Carvalho, a construção dos mitos no teor do discurso midiático, expresso por lutas simbólicas, associava Fidel Castro, antes da "ameaça comunista", ao salvador e portador dos desígnios de um povo pobre e explorado, principalmente na década de 1960, e, por outro lado, como um traidor da revolução, que se aliou com a União Soviética e permitiu, com sua adesão, a "ameaça amarela" (leia-se, qualquer tipo de oriental comunista, no pensamento etnocêntrico cristão), o que provocou a instituição do *Paredón* e de um regime totalitário em Cuba; tal abordagem foi principalmente observada nos anos 197021.

Parece-nos que Yoani desconhece o passado de seu país (o que dizer de Fulgêncio Batista?), e pior, nega-lhe perspectiva de futuro, com retrocessos em relação à importância da centralidade da cidadania, em uma perspectiva emancipatória. Para responder à intensa cobertura midiática, sua porta-voz privilegiada, apenas nos resta o silêncio a uma crítica tão vazia e fugaz22.

Se Cuba tem algo a nos ensinar é como a perspectiva revolucionária deve guiar-se por um processo permanente de construção-reconstrução. A chamada revolução permanente, longe de ser a causa do suposto colapso econômico cubano, tem passado por um esvaziamento político em função do sequestro cultural

---

Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, Nº 3, 2005.

19 MENEGAT, Marildo. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012. O mesmo autor alerta para a banalização do conceito de barbárie, uma vez que não deve ser utilizado como adjetivo, e sim, como um conceito-chave de compreensão da atual fase do capitalismo, em que o capital esgota completamente sua capacidade "civilizatória", como queriam seus adeptos.

20 NETTO, José Paulo. Democracia e Direitos Humanos na América Latina: aportes necessários ao debate. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

21 CARVALHO, Andréia de Souza de. *De Revolução Salvadora a Conspiração Maligna: representações da revolução cubana na imprensa escrita brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ, 2004. Tese de Mestrado. É importante salientar que tal mudança se insere num processo de luta por hegemonia no seio da sociedade brasileira, principalmente em torno da construção do "câncer comunista", e da imiscuída ascensão conservadora da ideologia cristã-católica, segundo a qual o comunismo é um mal-em-si, portador de prenúncias apocalípticas. Não por acaso, a primeira medida de política externa do governo Castelo Branco (1964-67) foi cortar relações diplomáticas com Cuba. Para tal compreensão, ver também: FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político dos militares e tecnocratas no pós-1964*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

22 Atílio Borón, em seu blog, conseguiu sintetizar uma crítica ético-política a Yoani, por meio de quarenta questionamentos sobre os reais interesses e forças políticas que se encobrem por detrás de uma cubana descabelada. Disponível em: http://www.atilioboron.com.ar/search/?q=Yoani+Sanchez.

perpetrado pela indústria cultural23 ocidental, responsável por seus fracassos e crises. Toda a solidariedade a Cuba!

***Graduando em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

*** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

Espaço Aberto IV

Medidas de segurança: tortura e prisão perpétua legitimadas por um Estado "Democrático"

Lydia de Freitas Vianna*

"Arranca essa mordaça, quebra essa corrente
Essa mordaça que ninguém vê
Essa mordaça que ninguém sente..."
Gabriel Pensador

A vida precária de prisioneiros do sistema carcerário brasileiro há muito é conhecida. A falta de condições básicas de sobrevivência, celas lotadas e tratamento desumano é de conhecimento de todos, sendo denunciada até pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Inclusive, essas condições são, por muitas vezes, legitimadas pela população, que enxerga os presos como merecedores de tal sofrimento, não importando em nada os direitos humanos. Situação que se mostra assustadora.

Entretanto, nos noticiários de fevereiro deste ano de 2013, a mídia trouxe à tona outro assunto delicado no que tange ao sistema penitenciário. O programa de televisão "Fantástico", transmitido pela emissora Globo, exibiu em uma reportagem uma denúncia na qual reporta que os inimputáveis são mantidos presos, sem o devido tratamento.

O Código Penal de 1940, vigente atualmente, esclarece em seu artigo 26 que "É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.". Sendo isento de pena, o agente deve poder ser submetido a medidas de segurança, que constituem uma via alternativa de controle social. Estas são concebidas como instrumentos de proteção social e terapia individuais, são fundadas na periculosidade de autores inimputáveis de fatos definidos como crimes, com o objetivo de prevenir a prática de fatos puníveis futuros24.

Os artigos 96 e 97 do Código Penal elucidam as espécies de medidas de segurança e, ainda, o prazo destas. Sendo divididas em medida de segurança estacionária de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e medida de segurança ambulante de tratamento ambulatorial, sendo aplicadas em casos de reclusão e detenção, respectivamente25. Todavia, há um problema com relação ao prazo: a lei estabelece apenas um prazo mínimo para as internações, não fixando um prazo máximo, o que pode gerar uma perpetuação da permanência de tais pessoas em suas unidades de tratamento. Violando claramente a dignidade da pessoa humana e o princípio da proporcionalidade, que constitui mecanismo de controle para a discricionariedade dos atos do Poder Público, funcionando como parâmetro de avaliação para verificar se a justiça está sendo obtida26.

23 SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Brasiliense: São Paulo, 1989.
24 SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal parte geral. 2 ed. Curitiba: Lumen Juris, 2007 p. 639-640
25 SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal parte geral. 2 ed. Curitiba: Lumen Juris, 2007 p. 647-648
26 BARROSO, Luiz Roberto. Curso de Direito constitucional Contemporâneo. 2. Ed. Saraiva, 2010 p. 259

O censo dos Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, realizado em 2011 no Brasil, obteve dados de que pelo menos 25% dos indivíduos em medida de segurança não deveriam estar internados por cumprirem medida de segurança com a periculosidade cessada, por terem sentença de desinternação, medida de segurança extinta ou internação sem processo judicial, ou ainda por terem recebido o benefício judicial da alta ou desinternação progressiva27. O descaso das agências estatais com esses indivíduos pode ser explicado pelo fato de que essas pessoas estão marginalizadas, e a única importância dada a elas pelo Estado é a de controle social dessa parte da população, que mais gera caos do que algum produto, aos olhos do Estado.
Não servindo como força de trabalho, essas pessoas não apresentam utilidade para o capital, sendo flagrantemente excluídos da sociedade, trancafiados em celas sem o mínimo de cuidado e tratamento. Afinal, a sanção penal estabelece um vínculo direto com a força de trabalho e, sendo assim, esse lumpesinato só apresenta valia quando encarcerado. “O capitalismo só acontece a partir de um processo de apropriação do trabalho do outro. É na dominação do corpo do trabalho vivo e do tempo do homem que o capital se expande. Para que isso pudesse acontecer, a partir da acumulação mercantil no séc. XIII, era preciso também construir um controle das almas.”28.

A atenção só se voltou para essa situação obscena a partir de uma atuação da mídia, ao relatar a incúria do governo com relação a essas pessoas. Apenas com a denúncia oferecida em uma reportagem é que os órgãos públicos responsáveis demonstraram alguma preocupação com a condição dessas pessoas. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou a se pronunciar e estabelecer prazo para que a situação fosse averiguada e solucionada29. Houve, ainda, a articulação de mutirões para solucionar o que o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Luciano Losekann, chamou de “verdadeiro escândalo nacional”.

A partir das informações relatadas podemos perceber o total descaso que essa parte da população sofre. Os detentos por transtornos mentais, em sua maioria, ou se encontram em celas comuns aos outros detentos ou em hospitais de custódia que não funcionam tal como deveriam. O que deveria funcionar como um meio de reinserção social daquele indivíduo opera como um aparelho de tortura e como modo de privação perpétua de liberdade. Demonstrando claramente que a pena não atinge sua função manifesta, atingindo uma função latente30: “[...]a prisão foi e sempre será depósito infecto de pobres e indesejáveis.”31. Alarmando para a flagrante violação da dignidade da pessoa humana, princípio que deveria ser norteador de um Estado que se pretende democrático.

***Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

27 DINIZ, Débora. A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil, Censo 2011. Brasília: UnB, 2013 p. 35
28 BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011 p. 79
29 Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/cnj-da-15-dias-para-juizes-de-execucao-penal-se-explicarem-7613544.html>

30 BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro 11. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007 p. 113
31 BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011 p. 36

Espaço Aberto V

A barbárie descontextualizada: notas sobre a cobertura jornalística das ondas de violência em Santa Catarina

Maísa Alves Gomes Sampaio *
Marco Antônio Vieira e Sá **

A análise das notícias sobre os atentados ocorridos em Santa Catarina em novembro de 2012 e fevereiro de 2013 evidencia o papel da mídia como agência do sistema penal, contribuindo para sua legitimação.32
Em novembro de 2012, foram registrados 68 atentados (vinte e sete incêndios de ônibus) em 16 municípios catarinenses. Cinquenta e quatro suspeitos foram presos, vinte deles adolescentes. Três pessoas, apontadas pela polícia como responsáveis por ataques, morreram.33
Na nova onda de atentados, de 30 de janeiro a 3 de março de 2013, foram 114 ataques registrados em 37 cidades catarinenses.34
No início da crise, o secretário de Segurança Pública César Augusto Grubba atribuiu os acontecimentos ao que se chamou "efeito Fantástico": "O que existe é uma imitação, uma cópia. No domingo passou no Fantástico uma matéria sobre esses ataques em São Paulo, criminosos assistem e fazem igual. A motivação para isso é que está sendo investigada", declarou Grubba. 35
Apesar de parecer simplista à primeira vista, a observação do secretário não deve ser relevada, uma vez que o discurso jornalísitico é o televisivo – a mídia impressa cada vez mais se parece com ele - multiplicam-se as fotografias, os infográficos,36 e nessa lógica é comum a reprodução passo-a-passo do *modus operandi* de diversos crimes colocados em evidência, como os sequestros-relâmpago e toda uma gama de estelionatos: golpe do falso sequestro, do bilhete premiado, do falso emprego.
Mais importante, entretanto, é observar que a motivação dos ataques em Santa Catarina foi escamoteada pela mídia nas notícias: a tortura institucionalizada nos presídios.
Em outubro de 2012, a agente penitenciária Deise Fernanda Melo Pereira foi morta na porta de casa. O diretor do presídio de São Pedro de Alcântara, Carlos Alves, marido da servidora, retornou ao posto apenas duas semanas depois, quando se iniciaram as represálias, visto que o assassinato foi atribuído a membros do Primeiro Grupo Catarinense (PGC), integrado por encarcerados desse presídio.37
O sistema prisional do estado foi alvo de denúncias de violação de direitos junto à Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o que levou a inspeções nas unidades prisionais do estado.38
No Presídio de São Pedro de Alcântara, a inspeção verificou que havia balas de borracha em várias celas; os presos alegaram terem sido vítimas de tortura, conforme já havia sido revelado por vídeo gravado pelos próprios internos. Segundo o delegado responsável pelo inquérito, aparentemente ainda não concluído, nos 69

32 BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; et al. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume. Rio de Janeiro: Revan, 2003. P. 61.
33 http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-19/secretaria-de-direitos-humanos-comeca-apurar-denuncias-de-torturas-de-presos-em-santa-catarina. Acesso em 10/03/2013.
34 http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/02/confira-cronologia-dos-ataques-em-santa-catarina.html. Acesso em 10/03/2013.
35 http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1185023-para-governo-catarinense-atentados-em-florianopolis-foram-imitacao-de-sp.shtml. Acesso em 13/02/2013.
36 CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 13.
37 Santa Catarina Sitiada. Revista Carta Capital, nº 735, 13/02/2013, pp. 32 e 33.
38 Penitenciária São Pedro de Alcântara: caminhos a serem percorridos para a garantia de direitos. Disponível em http://www.crpsc.org.br/?open_pag&pid=2487. Acesso em 18/03/2013.

exames de corpo delito, em 70% foram constatadas lesões de média e leve intensidade, causadas por tiros nas pernas, joelhos e costas. Um preso tinha o pé quebrado.39

Segundo o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos Bruno Renato Teixeira, todas as denúncias dos familiares foram comprovadas. Ele encontrou problemas na saúde, como a insuficiência de médicos; no acesso ao trabalho; restrição no abastecimento de água; negligências e superlotação.40 Apesar de compromissos institucionais terem sido firmados, pouco se avançou.

Em janeiro de 2013, após solicitação de familiares de pessoas presas no Presídio Regional de Joinville, o juiz corregedor do Sistema Prisional João Carlos Buch, mesmo de férias, fez uma vistoria surpresa, na qual foram confirmados os relatos de agressões. O magistrado solicitou as gravações do circuito interno que, para sua surpresa, foram entregues: no Pavilhão 4, os presos se agacham nus de costas para os agentes, um a um, com as mãos entrelaçadas sobre a cabeça, sem resistência. Os agentes penitenciários, em seguida, estouram bombas de efeito moral e disparam balas de borracha na direção dos presos, vários deles à queima-roupa. Um dos feridos é carregado, após colocação de algemas, para um lugar onde não havia câmeras. Gás de pimenta é lançado diretamente nos olhos de alguns internos. Outros são puxados à força pelo pescoço.41

Os episódios de tortura, após a repercussão gerada por esses vídeos, foram objeto de notícias e algumas reportagens, apenas parte delas aventando a possibilidade – com marcas discursivas como o uso do futuro do pretérito- de haver ligação entre os ataques e a tortura nos presídios. Entretanto, as notícias específicas sobre os ataques não relacionam os episódios, assim como as matérias televisivas. Os ataques são apresentados de forma descontextualizada, como mera ilustração da barbárie. Em outros tempos, cabia aos jornalistas a tarefa noticiosa, caracterizando-se o jornal fundamentalmente como um veículo de notícias. Evidentemente, o jornal possuía opiniões e as exprimia, fosse pelos editoriais, fosse pelo modo de apresentação da notícia. Com os meios eletrônicos e digitais (a televisão e, posteriormente, a internet), os fatos passam a ser noticiados em tempo real, ficando a função noticiosa prejudicada. Conforme constatou Chauí, “o jornalismo está ficando cada vez mais rápido, inexato e barato”.42

Apesar de os vídeos de 2013, 2012 e 2009 – neste os presos são espacandos e têm suas cabeças enfiadas em vasos sanitários-43 indicarem que a tortura nos presídios não é episódica, as notícias sobre os vídeos de tortura são marcadas por forte discurso punitivista, tanto na manifestação das autoridades quanto no direcionamento jornalístico da notícia, como se a “punição dos responsáveis” solucionasse a quotidiana violação dos direitos dos presos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Execução Penal.

Conforme Nilo Batista, “o novo credo criminológico da mídia tem seu núcleo irradiador na própria idéia de pena: antes de mais nada, crêem na pena como rito sagrado de solução de conflitos”.44 Paradoxalmente, a criminologia midiática propõe que a solução para o problema do cárcere é aumentar o encarceramento.

Bibliografia:

BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. P. 3.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; et al. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume. Rio de Janeiro: Revan, 2003. P. 61.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 13.

***Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

**** Advogado, bacharel em Direito pela UERJ e ex-bolsista EIC do PROEALC**

39 http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2013/02/video-de-joinville-amplia-a-crise-no-sistema-penitenciario-4033669.html. Acesso em 12/03/2013.

40 http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2012/11/ouvidor-nacional-comprova-denuncias-de-agressoes-na-penitenciaria-de-sao-pedro-de-alcantara-na-grande-florianopolis-3956965.html. Acesso em 17/03/2013.

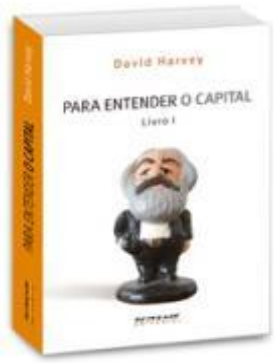
41 http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2013/02/video-tortura-e-registrada-por-cameras-de-seguranca-no-presidio-de-joinville-4032160.html. Acesso em 17/03/2013.

42 CHAUÍ, Marilena. Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 13.

43 http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2013/02/video-de-joinville-amplia-a-crise-no-sistema-penitenciario-4033669.html Acesso em 17/03/2013

44 BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio, p. 3.

Livros/Lançamentos



HARVEY, David. Para entender o Capital. São Paulo, BOITEMPO, 2013.

Fruto dos mais de 40 anos de cursos sobre *O capital* de Marx (volume I) lecionados pelo geógrafo marxista David Harvey em universidades ao redor do mundo, *Para entender O capital* é uma obra ao mesmo tempo sintética e densa, uma introdução para a compreensão de *O capital*, que chega em momento oportuno, de uma torrente de interesse pela análise das obras de Marx, em busca de um melhor entendimento das origens da falência econômica e dos nossos problemas atuais. Apesar de os últimos trinta anos, mais particularmente desde a queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, não terem sido um período muito favorável ou fértil para a economia política marxiana, este livro ajuda a abrir a porta para que uma geração mais jovem, pouco familiarizada com esse pensamento, explore por sua própria conta o legado de Marx. “Há muitos estudantes e ativistas que desejam desesperadamente uma forte base teórica para melhor apreender, de modo a situar e contextualizar seus próprios interesses e seu agir político. Espero que essa apresentação dos fundamentos da teoria marxiana possa auxiliá-los nessa tarefa”, diz Harvey na apresentação.

Sobre o autor

David Harvey é um dos marxistas mais influentes da atualidade, reconhecido internacionalmente por seu trabalho de vanguarda na análise geográfica das dinâmicas do capital. É professor de antropologia da pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – Cuny) na qual leciona desde 2001. Foi também professor de geografia nas universidades Johns Hopkins e Oxford. Seu livro *Condição pós-moderna*(Loyola, 1992) foi apontado pelo *Independent* como um dos 50 trabalhos mais importantes de não ficção publicados desde a Segunda Guerra Mundial. Seus livros mais recentes, além de *O enigma do capital* (Boitempo, 2011), são: *The limits to capital* (Boitempo, no prelo) e *Rebel Cities*.



CLAUDÍN, Fernando. *A Crise do movimento comunista.* Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013 (reedição).

“Este livro é um grande projeto intelectual, simultaneamente ambicioso e necessário”. *José Paulo Netto, 11/03/2013*

Em dezembro de 1969, Fernando Claudín finalizou a primeira etapa de um grande projeto intelectual: terminou a redação do livro i que haveria de constituir a obra a crise do movimento comunista, dividido em duas partes (“a crise da internacional comunista” e “o apogeu do stalinismo”). Claudín planejava um livro II (a ser intitulado Do XX Congresso do PCUS à invasão da Tchecoslováquia), que nunca foi escrito. Assim, A crise do movimento comunista permaneceu, na sua totalidade, um projeto inconcluso: Claudín não pôde chegar ao fecho do seu estudo, analisando os processos de ruptura no movimento comunista posteriores a 1956 e os impasses que levaram os rumos da revolução à deriva. Contudo, o livro I, dada a sua particular inteireza, não teve a sua relevância nem a sua legibilidade comprometidas.

Publicada em 1970, a obra, nos anos seguintes, ganhou versões em vários idiomas e tornou-se, realmente, um texto de referência. Ainda hoje, é um dos raros materiais que não trata de aspectos singulares e/ou

específicos, mas incide sobre toda a trajetória da Internacional Comunista (Komintern) e do Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Kominform).

A crise do movimento comunista trata-se de um grande projeto intelectual, simultaneamente ambicioso e necessário. Ambicioso é o mínimo que se pode dizer do projeto de um pesquisador que, individualmente, se debruça sobre meio século de história do movimento comunista – realizado inteiramente, o projeto cobriria os 49 anos entre a fundação da Internacional Comunista e o aborto da Primavera de Praga.

E necessário pois a operação analítica empreendida por Claudín é uma preliminar indescartável para aquele que quiser pensar os rumos e as perspectivas dos que se reclamam herdeiros de Marx na via do socialismo revolucionário. Por outra parte, a necessidade deste projeto era o grande desafio pessoal de Claudín: tratava-se de compreender também as suas três décadas de inserção no movimento comunista, sua honrada dedicação e seu enorme fracasso político. Estou convencido de que a perspectiva metodológica de Claudín obedece à melhor inspiração do pensamento marxiano.

É por isto que, na sua exposição textual, a paixão da vontade revolucionária solda todas as passagens crítico-analíticas; o sujeito que mergulha no objeto sobre o qual reflete (assim como Claudín mergulhou na práxis política) ultrapassa a incompatibilidade mistificada entre "juízo de fato" e "juízo de valor"; o tratamento do material histórico é direcionado pelo movimento de uma razão e uma vontade que só se explicam referenciadas ao objetivo revolucionário do comunismo – não um fim ideal, mas uma construção histórico-concreta, uma processualidade que se desenvolve na história real.

Além disso, estou igualmente convencido de que este livro presta um inestimável serviço à causa comunista. Seu esforço honrado para reconstruir a verdade do movimento comunista, num período muito determinado, rompendo com a apologia, constitui uma paradigmática operação que reforça a luta para suprimir o mundo burguês. Não se pode temer o esclarecimento dos erros (e dos crimes); só ele pode impulsionar criticamente o pensamento e a prática do movimento comunista. Neste trabalho, Claudín não se portou como arqueólogo nem tomou o passado como exemplo: situou-o como lição. Reconhecer como seu este passado significa, para os comunistas, em boa medida, não repeti-lo.

Pouco importa se aceitamos ou não as conclusões de Claudín (e quem escreve esta resenha recusa várias delas) – há que agradecer-lhe por nos ajudar a nos compreender melhor. Certa feita, o jovem Marx observou que "a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões". Esta obra de Claudín contribuiu e contribui vigorosamente para que os comunistas se libertem de uma tal condição – e, menos crédulos, ingênuos e desinformados, se tornem efetivamente melhores comunistas.

Esta resenha é constituída de trechos editados da "Apresentação" de A crise do movimento comunista.

Agenda Acadêmica

ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES

Data: 23 a 25 de abril de 2013
Local: Na UNESP, Campus Araraquara/SP
Maiores informações: http://www.encontropdpp.sinteseeventos.com.br/texto.php?id_texto=3

Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Participação, Democracia e Políticas Públicas, formado por docentes-pesquisadores da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Araraquara.

O Grupo e o Encontro foram pensados a partir do diagnóstico comum da necessidade de se ampliar debates que relacionem as temáticas da participação, das políticas públicas e do estado atual da democracia no Brasil e na América Latina.

Embora seja um evento acadêmico, o Encontro pretende também se constituir em um espaço de intercâmbio entre pesquisadores, gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, organizações multilaterais etc. É uma oportunidade de travarmos debates que também nos ajudem não só a refletir sobre, mas também construir o futuro do entrelaçamento entre participação dos cidadãos e as políticas públicas.

Além da Programação parcial que já pode ser consultada, o Encontro promove uma CHAMADA DE TRABALHOS acadêmicos sobre a temática.

CONVOCATÓRIA PARA O VII CONGRESSO DA ALACIP
(Congresso Latinoamericano de Ciência Política)

Data: 25, 26 e 27 de setembro de 2013
Local: Bogotá, Colômbia
Informações: www.alacip.org

Está aberta a chamada para o VII Congreso da ALACIP, Bogotá, 2013. Clique no título desta nota para acessar o endereço do site do evento e para ler, em português ou espanhol, a mensagem do Comitê Organizador. Ajude-nos a divulgar.

Prezados amigos,

Com muito prazer anunciamos o sítio web do VII Congresso de ALACIP, o endereço está apresentado abaixo. Nele encontrarão todas as informações relacionadas com datas, modos de participação, inscrição, etc.

Através da página podem enviar suas propostas de apresentação individual ou de mesas. A data limite para a apresentação das propostas é dia 15 de fevereiro de 2013.

Por favor, reenviem esta informação a suas redes e atodos os possíveis interessados. Contamos com vocês para fazer deste congresso um evento exitoso, tal como os congressos anteriores.

Saudações cordiais,

Comitê organizador
E-mail:alacip2013@uniandes.edu.co
Sítio: http://alacip2013.uniandes. edu.co/

XXIX CONGRESO ALAS CHILE 2013

Data: 30 de setembro a 4 de outubro de 2013
Maiores Informações: http://www.alas-sociologia.org/

“CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA”
TÉRMINOS DE REFERENCIA PARA LA POSTUACIÓN DE PANELES

Los Paneles a realizar durante el Congreso, constituyen una actividad académica complementaria a los Grupos de Trabajo (GT). Por lo mismo sus temáticas pueden girar en torno a ámbitos que buscan profundizar lo tratado en los GT o dar cabida a temas no abordados en estas instancias.

Se sugiere que los paneles sean integrados por 3 a 5 expositores/as.

Para la postulación de Paneles se solicita que la propuesta:

Considere una(s) temática(s) que se vincule(n) explícitamente con los contenidos de la convocatoria. Incorpore en la constitución del Panel a exponentes de varios países del continente (al menos tres). Certifique con cartas personales el compromiso de las y los expositores (anexar cartas de compromiso). Certifique respaldo institucional de parte de las Universidades o instituciones involucradas (anexar cartas de apoyo institucional en caso que corresponda).
Puede provenir del mundo académico, profesional, empresarial, etc., o de la mixtura de estos ámbitos. Considere un tiempo de 90 minutos para su realización. La selección la hará el Comité Académico del Congreso, en base al cumplimiento de lo solicitado y a la diversidad de temáticas presentadas.

El Congreso no cuenta con financiamiento para las y los expositores.

El nuevo plazo para el envío de propuestas, culmina el 25 de marzo del 2013. Correo: secretaria.ejecutava@facso.cl

Expediente
Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza Carvalho

Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Maria José Martins da Silva (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
André Luiz de Carvalho Matheus (FDIR/UERJ/DPQ)
Augusto Maciel Waga (PROEALC/CCS/UERJ)
Gabriel dos Reis Fragoso (PROEALC/CCS/UERJ)
Laila F. Aurore Romão (PROEALC/CCS/UERJ)
Lydia de Freitas Vianna(PROEALC/CCS/UERJ)
Rhaysa S. R. da Fonseca (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Assessoria de Informática
Victor Hugo Cardoso Palmeira (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.